

7. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira¹

Mário Maestri

A formação do campesinato no Brasil

Em meados do século 20, orientados por necessidades políticas e apoiados nas teses aprovadas, em 1928, pelo VI Congresso da Internacional Comunista sobre os “países coloniais”, que defendiam a aliança dos trabalhadores “à burguesia nacional”,² cientistas sociais brasileiros deduziram literalmente a gênese do campesinato brasileiro do desenvolvimento daquela categoria social na Europa.

Essa leitura mecanicista e ideológica do passado contribuiu para bloquear o estudo das profundas especificidades do desenvolvimento da formação social brasileira. Enquadrando a realidade nacional a categorias e situações européias, essas visões primaram por desconhecer as importantes vias singulares da formação da classe camponesa no Brasil, que foi vista como categoria constitutiva essencial desde os primeiros momentos da colonização lusitana da América.

Ainda em 1963, o intelectual comunista Alberto Passos Guimarães propunha: “Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer parte do mundo.”³ O Brasil era continuação sem rupturas da realidade européia e mundial. Esses analistas despreocuparam-se até mesmo com definição da categoria “camponês” que permitisse o acompanhamento efetivo da sua formação no Brasil.

¹ Uma versão desse artigo foi publicada em: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: CEMARX/Xamã, 2003, pp. 130-158 e CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. *As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002, pp. 149-176. Agradecemos a leituras e comentários do engenheiro-agrônomo Humberto Sorio Júnior, da UPF e do historiador Marco Villa, da UFSC.

² Cf. FRANK, Pierre. *Histoire de l'Internationale Communiste*. Montreuil: La Brèche, 1979, pp. 603-607.

³ Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, sd., p.110.

Acreditamos que tenham sido sobretudo cinco as principais vias que levaram à formação do campesinato brasileiro propriamente dito, categoria que se encontra em acelerado processo de superação, devido a sua crescente submissão à produção e ao mercado capitalistas. Ou sejam: as vias nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial. O desconhecimento do caráter tardio e da fragilidade da formação da classe camponesa no Brasil tem dificultado a compreensão de aspectos determinantes da história nacional.

A categoria camponês

Compreendemos como unidade produtiva camponesa o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma que, apoiado essencialmente na força e na divisão familiar do trabalho, orienta sua produção, por um lado, à satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter recursos monetários necessários à compra de produtos e serviços que não produz; ao pagamento de impostos, etc.

Nas comunidades camponesas, as práticas agrícolas ultrapassam claramente o nível horticultor, já que a subsistência da comunidade familiar depende em forma essencial da produção agrícola. Nesse contexto, o artesanato, a pesca, a coleta, etc. desempenham papéis mais ou menos importantes, mas sempre secundários, no seio da produção familiar. A unidade produtiva camponesa articula-se com a divisão social geral do trabalho sobretudo através de sua esfera mercantil.

O núcleo familiar camponês mantém uma posse relativamente estável sobre a terra – meio de trabalho –, mesmo quando não possui sua propriedade. O que lhe permite investir trabalho na potenciação da rentabilidade da terra e de sua exploração – drenagem, irrigação, desempedramento, cultivos perenes etc. A potenciação da fertilidade dos terrenos pelo trabalho pretérito foi sempre elemento fundamental na fixação do camponês à terra.

Tal fenômeno se explicita plenamente quando do fim da servidão da gleba, ou seja, da adscrição forçada do servo ao terreno senhorial. “A ‘liberdade’ de abandonar a gleba ficou sendo, em muitos casos, apenas formal. O senhor deixou, é certo, de poder obrigar o camponês fugitivo a voltar à gleba. Mas como, abandonando a gleba, o camponês perdia além de tudo quanto possuía todas as benfeitorias que, pelo seu trabalho e dos seus antepassados, a terra tivesse recebido, a coação material adquire novo aspecto [...]”⁴

⁴ Cf. CUNHAL, Álvaro. *As lutas de classe em Portugal nos fins da Idade Média*. 2 ed. rev. e aum. Lisboa: Estampa, 1980, p. 23.

Mesmo ali onde apenas parte dos núcleos familiares reside na aldeia, a comunidade camponesa apresenta-se em geral como comunidade aldeã tendencialmente autônoma, devido à necessidade de defesa e de domínio do território e das reservas alimentícias; de trocas matrimoniais e econômicas; de acesso a ofícios e serviços especializados etc.

A clara dominância das práticas agrícolas na unidade camponesa nasce de desenvolvimento mínimo dos instrumentos e das técnicas produtivas. A produção agrícola camponesa surge da superação qualitativa da produção horticultora doméstica, que se apóia em técnicas extensivas, em ferramentas simples e possui o fogo e a força humana como únicas formas de energia.

A partir de certo grau, o desenvolvimento dessa forma de produção permite agricultura semi-intensiva ou intensiva apoiada no uso de ferramentas de ferro; de técnicas de irrigação, de adubação, de rotação de vegetais; da tração animal; de arados mais ou menos complexos etc. A unidade entre a produção horticultora doméstica e a agrícola camponesa, no processo do nascimento da segunda no seio da primeira, tende a confundir os níveis mais elevados da produção horticultora doméstica com os menos desenvolvidos da produção agrícola camponesa.

Classe em si, classe para si

A propriedade capitalista privada dos meios de produção é vista naturalmente pelo trabalhador como condição necessária para a expropriação de sua força de trabalho e dos bens que produz. Para o camponês, “em sua relação com o capital, a propriedade privada”, ao contrário, “aparece como garantia de sua sobrevivência e de sua família”. É considerado, portanto, como fator de progresso e não de regresso.⁵

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao analisar o comportamento do campesinato francês, Karl Marx deduziu tendencialmente a consciência e a organização dos camponeses de seu modo de produção material, em geral realizado em grupos familiares isolados nas diversas parcelas agrícolas, dedicados a práticas simétricas e independentes.

“Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situações idênticas, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo. [...]. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local, a

⁵ BONAMIGO, Carlos Antônio. *Pra mim foi uma escola ... O princípio educativo do trabalho cooperativo*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome.”⁶

Ressalte-se que Marx referia-se a comunidades de camponeses organizados em unidades familiares economicamente independentes, espalhadas no território, do ponto de vista produtivo e habitacional. Em *Miséria da filosofia*, ele aprofundou sua definição sobre classe, ao desdobrá-la em “classe em si” e “classe para si”. “As condições econômicas transformaram, primeiro, a massa da população do país em proletários. O domínio do capital criou, para essa massa, uma situação comum e interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma. Na luta [...], essa massa se une, constituindo-se numa classe para si. Os interesses que defende convertem-se em interesses de classe.”⁷

A inserção de uma comunidade de produtores em um mesmo processo produtivo determina, *de per si*, sua conformação como “classe em si”, determinando-lhe, tendencialmente, as mesmas visões de mundo, os mesmos interesses etc., ainda que esse segmento social possua uma consciência muito parcial dessa identidade comum. Objetivamente em si, uma classe eleva-se subjetivamente a classe para si quando assume a consciência de seus interesses, em forma mais ou menos plena. Quando toma tendencialmente consciência de sua existência como grupo social singular, com interesses, objetivos, projetos etc. comuns.

Esse maior enriquecimento da definição das determinações essenciais da categoria “classe” colocava em questão sobretudo as dificuldades objetivas e subjetivas da classe camponesa, conformada objetivamente pela sua igual inserção no processo produtivo e na divisão social do trabalho, em assumir a consciência de suas necessidades, transitando de classe em si para classe para si.

A comunidade aldeã camponesa desempenhou sempre um papel essencial na superação tendencial do isolamento das unidades produtivas. Ali onde essa tradição foi e é mais forte, mais poderosamente os produtores rurais resistiram e resistem às classes exploradoras. No século 13, em Portugal, a forte oposição entre os senhores e os pequenos arrendatários rurais ensejou a redação dos forais que “estabeleciam a relações entre o senhor da terra e o coletivo dos seus habitantes. Os direitos e deveres aí fixados eram mais ou menos complexos segundo a

⁶ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1982, pp. 126-127.

⁷ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976, p. 164.

importância do núcleo populacional, que ia desde grandes cidades a casais [aldeias] isolados de camponeses.”⁸

Comunidades aldeãs

Antes da chamada “descoberta” do Brasil, em 1500, a ocupação territorial do Brasil processava-se em ritmo desigual, sobretudo em relação a importantes regiões da América. O que ajuda a compreender a profunda diversidade entre as atuais formações sociais do Brasil e da Mesoamérica e dos Andes Centrais, por exemplo.

Em regiões dos atuais territórios da Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Peru etc., desenvolveram-se sólidas comunidades aldeãs agrícolas que praticavam uma produção agrícola intensiva baseada sobretudo no milho e na batata. Essa tradição agrícola desconheceu o arado, a tração animal e a associação gado-agricultura.

Apoiada na enxada e no bastão de plantar [simples e desenvolvido] e, eventualmente, na irrigação, adubação e silagem, apesar de envolver apenas cinco por cento dos territórios do continente americano, essas civilizações agrícolas sustentaram noventa por cento da população americana, com densidades demográficas de até 35-40 habitantes por km². Essas práticas agrícolas apoiavam-se no esforço produtivo masculino e feminino.

As sociedades agrícolas americanas avançadas estruturavam-se a partir da família nuclear e da comunidade aldeã, fortemente cimentadas pelos laços que mantinham com terrenos agrícolas potenciados pelo trabalho. Nessas comunidades, eram muito fortes os vínculos parentais e vicinais consolidados pelo domínio comunitário da terra.⁹

Os atuais territórios do Brasil jamais conhecerem comunidades americanas que dominassem iguais formas de produção agrícola avançada. Originárias da Amazônia Central, as comunidades de cultura tupi-guarani constituíram o complexo civilizacional horticultor mais desenvolvido estabelecido nessas regiões, antes da colonização lusitana.

Acredita-se que as demais comunidades nativas americanas que ocuparam regiões dos atuais territórios brasileiros apoiassem originalmente sua subsistência na caça, na pesca e na coleta. Em contato com comunidades tupis-guaranis, teriam incorporado e adaptado, em forma imperfeita, as práticas horticultoras daquelas comunidades às suas necessidades.

⁸ Cf. CUNHAL, Álvaro. *As lutas de classe [...] Op. cit.*, p. 17.

⁹ Cf. CARDOSO, C.F.C & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica de América Latina. I.* 4ª ed. Barcelona: Crítica, 1987, pp.128-38; MURRA, John. En torno a la estructura política de los *Inka*. SORIANO, Waldemar E. [Org.] *Los modos de producción en el Imperio de los Incas*. Lima: Amaru, 1981, pp. 213-230.

Esse processo de difusão e socialização de técnicas e práticas produtivas teria se processado sobretudo através da captura e incorporação de mulheres tupi-guaranis às demais comunidades, já que as práticas hortícolas eram atividades essencialmente femininas, no contexto da divisão sexual do trabalho daqueles grupos humanos. Efetivamente, acredita-se que, através da vegeocultura, a horticultura tenha sido uma invenção feminina, apropriada pelo homem quando assumiu caráter central como prática produtiva.

Horticultura brasileira

Em 1500, nas terras do litoral brasileiro, relativamente mais férteis do que as do interior, vivia população estimada em um milhão de americanos. Nessa época, as matas que cobriam a longa faixa litorânea que se estendia do cabo de São Roque, no atual Rio Grande do Norte, ao Rio Grande do Sul, eram habitadas por aproximadamente seiscentos mil nativos de língua tupi-guarani – tupinambás, sobretudo, e guaranis, em menor número.¹⁰

De 150 a 250 tupis-guaranis viviam em aldeias independentes, estabelecidas em territórios de domínio comunitário, dedicados à caça, à pesca, à coleta e à horticultura. Em média, para sustentar sua subsistência, uma aldeia tupi-guarani necessitava de uns 45 km² de território. Devido ao escasso desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, essas comunidades conheciam ocupação demográfica de densidade baixa, sobretudo em relação aos níveis alcançados nas regiões assinaladas da América Central e Andina.¹¹

Os tupis-guaranis praticavam horticultura parcelar, familiar e extensiva de subsistência, em área florestal tropical e subtropical. Essa produção apoiava-se nos diversos tipos de milho (*Zea mays*), de feijão (*Phaseolus* e *Canavalia*), de batata-doce (*Ipomoea batatas*) e, sobretudo, de mandioca (*Manihot esculenta*) – raiz provavelmente originária do litoral tropical brasileiro, rica em amido, excelente fonte de energia, base alimentar quase perfeita quando ingerida associada a alimentos ricos em proteína, como a carne.

¹⁰ Cf. MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro*. [século XVI]. 2ª ed. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1995; FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá. CUNHA, M. C. da [Org.] *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: CNPq, 1992, p. 383.

¹¹ Cf. FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1970, p. 55.

Além de outros gêneros, essas comunidades exploraram o cará (*Dioscoréa sp*), o amendoim (*Arachis hypogaea*), a abóbora (*Cucurbita*), a banana, o abacaxi, o tabaco, o algodão e as pimentas. Fatores geocológicos e sobretudo o nível de desenvolvimento civilizacional determinavam que a prática horticultora tupi-guarani assumisse caráter itinerante. Quando a coleta e a caça escasseavam e as condições higiênicas das residências e acampamentos degradavam-se, as aldeias eram transferidas para alguns quilômetros de distância.¹²

A técnica de base dessas práticas horticultoras – coivara – nascia da abundância e da qualidade das terras; da ausência de ferramentas desenvolvidas; do desconhecimento da fertilização das terras e da escassez relativa de braços. A horticultura tupi-guarani assentava-se no uso da energia humana e do fogo, desconhecendo o arado, a tração animal, a irrigação e a adubação, a não ser em forma embrionária.

Cultura de plantação

Os tupis-guaranis praticavam horticultura de plantação apoiada sobretudo no cultivo das mandiocas. Realizada através da replantação de fração do caule ou do rebento, esse tipo de cultura não exige sementes e possui rendimento relativamente elevado. Em geral, nessa forma de cultura, os produtos são conservados nas plantações até o momento do consumo, pois degradam-se com facilidade.¹³

As operações horticultoras tupis-guaranis eram simples. Antes das chuvas, abria-se clareira na mata virgem com machados de pedra polida, abatendo-se apenas as árvores pequenas e médias. Com uns quinhentos gramas de peso, o machado de pedra polida permitia derrubar, em quatro horas, uma árvore de madeira resistente, de uns trinta centímetros de diâmetro, na altura do corte. A derrubada das matas e a limpeza dos terrenos eram tarefas desenvolvidas em forma associada pelos homens de uma residência coletiva – maloca – ou da aldeia – taba.¹⁴ A maloca e a taba eram instâncias sociais necessárias à realização das práticas horticultoras tupis-guaranis.

¹² Cf. GALVÃO, Eduardo. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. REVISTA DO MUSEU PAULISTA. Nova Série, XIV. São Paulo, 1963, pp. 120-44; RIBEIRO, Darcy [Ed.]. *Suma etnológica brasileira*. 2^a ed. 1. Etnobiologia. Petrópolis: Vozes\FINEP, 1987, p. 69.

¹³ Cf. MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto: Afrontamento, 1977, pp. 51-71.

¹⁴ Cf. HERING, Hermann von. Os machados de pedra dos índios do Brasil e o seu emprego nas derrubadas de mato. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XII (1907), São Paulo, 1908, pp. 426-433.

Aberta a clareira, deixava-se tudo secar, de duas semanas a dois meses. A seguir, lançava-se fogo. A queima dos troncos e dos ramos limpava os campos e libertava nutrientes minerais que aumentavam a fertilidade dos terrenos. Esse método de limpeza causava importantes danos ao ecossistema, sobretudo quando o fogo escapava ao controle humano.¹⁵

As mulheres ocupavam-se dos trabalhos agrícolas restantes, já que as tarefas horticolas propriamente ditas eram monopólio feminino. Após preparo superficial dos terrenos, plantavam-se hortas familiares heterogêneas de meio hectare, em média.¹⁶ Os pedaços de mandioca eram enterrados na terra. Os grãos de milho, plantados com a ajuda de um simples bastão pontudo de madeira, ferramenta feminina por excelência.¹⁷

Ao contrário da agricultura cerealífera, esse tipo de horticoltura, essencialmente familiar, dispensa o uso de equipes de trabalhadores para a realização de obras coletivas, como a adubação, a irrigação, a terraplanagem etc., que incorporam o trabalho pretérito à terra, aumentando sua produtividade futura.

Essa horticoltura de plantação também dispensa pesadas tarefas cíclicas – colheitas, transporte, beneficiamento, guarda etc. – que tornem os alimentos parcialmente produtos do trabalho comunitário. Mesmo envolvendo um trabalho comumente diário de combate a pragas, extirpação de ervas competidoras etc., realizados em geral em forma associada, suas tarefas podem ser realizadas por um produtor isolado.

Frágeis grupos aldeões

A horticoltura tupi-guarani de plantação não enseja a formação de grandes estoques de alimentos e sementes, conservados e protegidos em celeiros. Essas comunidades colhiam os produtos diretamente das hortas, para serem consumidos imediatamente, já que apenas as diversas variedades de mandioca permitem conservação mais longa. Após crescimento de seis meses, a mandioca resiste, madura, sob a terra, por pouco mais de um ano. Para ser consumida, a

¹⁵ Cf. STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdiUSP, 1974, p. 162; ABBEVILLE, Claude d'. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha de Maranhão*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EdiUSP, 1975, p. 226; RIBEIRO, Darcy [Ed.]. *Suma etnológica brasileira*. 2^a ed. 3 vol. *Op. cit.*, p. 47.

¹⁶ Cf. GALVÃO, Eduardo. “Elementos básicos da horticoltura de subsistência indígena”. *Op. cit.*, p. 126.

¹⁷ Cf. ABBEVILLE. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha de Maranhão*. *Op. cit.*, p. 242; GALVÃO. Elementos básicos da horticoltura de subsistência indígena. *Op. cit.*, p. 125.

mandioca necessitava complexas manipulações, realizadas pelas mulheres. Entre elas se encontra a extração do venenoso ácido cianídrico (HCN).¹⁸

As determinações gerais dessa produção horticultura ensejavam frágil coesão dos grupos sociais aldeões.¹⁹ Os membros de uma taba tupi-guarani lutavam coesos pelo controle dos territórios comunitários, exigidos por seu modo de produção. Porém, como vimos, a cada três a cinco anos, transferiam a aldeia para alguns quilômetros de distância, sobretudo devido à degeneração das condições higiênico-ambientais e ao esgotamento dos recursos fornecidos pela caça e coleta.

O deslocamento das plantações, permitido pela abundância da terra, mantinha eficientemente o estado sanitário das culturas, através da quebra do ciclo dos agentes causadores das enfermidades nos vegetais, hoje em dia obtido precariamente e com altos investimentos através do uso intensivo de produtos agro-químicos industriais.

Os aldeões tupis mudavam o local das aldeias, portando apenas armas, instrumentos familiares, as armações das moradias. Esse modo de produção determinava o caráter sumário das residências. Era comum que as aldeias fracionassem-se durante a transferência, quando ultrapassavam o tamanho ideal determinado pelo modo de produção em vigor. A ruptura não ensejava grandes tensões, já que não havia alimentos e sementes nos celeiros para dividir; desconheciam-se culturas de ciclo longo e não se incorporara trabalho pretérito à terra, aumentando sua produtividade.²⁰

O modo de produção horticultor tupi-guarani diferenciava-se do das comunidades camponesas européias – alemãs, italianas, polonesas etc. –, assentadas na agricultura cerealífera; em gêneros vegetais de ciclo longo; no arado; na tração animal; na adubação; na irrigação; na rotação de vegetais etc. Esse último modo de produção ensejava comunidades aldeãs coeridas pela posse do celeiro e pelo domínio de uma terra produtivamente potenciada pelo trabalho passado.

¹⁸ Cf. MAESTRI, Mário. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1978, p. 87.

¹⁹ Cf. CHILDE, V. Gordon. *La naissance de la civilization*. Paris: Médiations, 1964, p. 66.

²⁰ Cf. METRAUX, Alfred. *La civilization matérielle des tribus Tupi-Guarani*. Paris: Paul Geuthner, 1928, p. 4; EVREUX, Ivo d'. *Viagem ao norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1929, p. 72; RIBEIRO, Darcy [Ed.]. *Suma etnológica brasileira*. 2^a ed. 2. *Op.cit.*, p. 43.

Como vimos, eram também importantes as diferenças das práticas tupis-guaranis em relação às das comunidades andinas e mesoamericanas.²¹

Autoridade limitada

Na sociedade tupi-guarani, o excedente da produção familiar autônoma era muito escasso e irregular. As unidades familiares conheciam uma semi-autonomia produtiva. A comunidade estabelecia vínculos frágeis com uma terra escassamente potenciada, no relativo a sua produtividade. O modo de produção tupi-guarani ensejava sociedade assentada na nucleação livre, em aldeias fragilmente coeridas, de produtores familiares independentes. Não havia base material capaz de sustentar sólidas confederações interaldeãs e, muito menos, organizações estatais tributárias, ao igual do ocorrido na Mesoamérica e nas regiões andinas.²²

Era muito limitada a autoridade do chefe – principal – sobre os membros de uma residência coletiva – maloca. O chefe – morubixaba – da aldeia – taba – comandava discricionariamente os aldeões apenas na guerra. Não havia centralização interaldeã permanente. A autonomia das aldeias e os escassos vínculos com a terra facilitaram a conquista-extermínio-absorção dessas comunidades pelo mundo colonial-escravista português.²³

A sociedade aldeão horticultura tupi-guarani foi a mais elevada e maciça experiência protocamponesa americana praticada nos atuais territórios do Brasil. Ela foi destruída pela escravização e absorção dos produtores nativos, quando da expansão da fronteira agrícola colonial, processo impulsionado pelo avanço do latifúndio agrícola e pastoril colonial escravista.²⁴

Devido a isso, ao contrário do ocorrido nas regiões americanas referidas, foi desprezível a contribuição da via indígena à formação da comunidade camponesa nacional. Em verdade, ela

²¹ Cf. MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; KAUTSKY, Karl. *La cuestión agraria*. México: Cultura Popular, 1978.

²² Cf. MURRA, John. “En torno a la estructura política de los inka.” SORIANO, Waltdemar E. [Org.] *Los modos de producción en el Imperio de los Incas*. Lima: Amaru, 1981, pp. 213-231; GODELIER, Maurice. “Modo de producción asiático y los esquemas marxistas de evolución de las sociedades”. GODELIER & MARX & ENGELS. *Sobre el modo de producción asiático*. Barcelona: Martínez Roca, 1977, pp. 13-67.

²³ Cf. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 78; STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. *Op.cit.*, p. 164.

²⁴ Cf. MAESTRI, M. *Os senhores do litoral*. *Op. cit.*; VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

restringiu-se às raras comunidades nativas independentes ou vivendo em reservas, praticamente sem expressão econômica e social na formação social brasileira.

No nível das representações ideológicas, a forma de produção tupi-guarani ensejou interpretações racistas e justificativas como a de Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, que propuseram ser o nativo americano incapaz de se adaptar ao trabalho produtivo sistemático e à modernidade ocidental. “Às exigências do novo regime de trabalho, o agrário, o índio não correspondeu, envolvendo-se em uma tristeza de introvertido. Foi preciso substituí-lo pela energia moça, tesa, vigorosa do negro [...]”²⁵

A escassa contribuição da via indígena na formação da classe camponesa brasileira expressa-se também no desaparecimento do tupi-guarani como língua coloquial do Brasil, apesar de ter constituído o grande meio de comunicação do litoral, nos séculos 16, 17, 18 e parte do 19. No Brasil não há, como em importantes regiões americanas, línguas camponesas em contraposição à língua das classes proprietárias.²⁶

Civilização cabocla

Foram numerosos os nativos americanos que se adaptaram à sociedade latifundiário-exportadora através de processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas. Grande parte dessa população dedicou-se a uma economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, na pesca, na coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial.

A manutenção de determinações de base da horticultura nativa – produção familiar; coivara; produção de subsistência; plantas de ciclo curto; instrumentos rústicos etc. – manteve e aprofundou a fragilidade dos laços interfamiliares e dos vínculos permanentes com a terra dessas comunidades.

O nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocábulo tupi-guarani *kari'uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente realidade socioproductiva,

²⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre [sic] o regime da economia patriarcal*. 47ª edição revista. São Paulo: Global, 2003, pp. 229 e 163.

²⁶ Cf. CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *criolla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu.

O caboclo mantinha relação de posse precária com a terra que, associada a sua destribalização, ensejou o fim do domínio e do controle comunal milenar, mesmo não permanente, de um amplo território, praticado sobretudo pelas comunidades tupis-guaranis na faixa litorânea e em outras regiões do atual território brasileiro.

O mundo nas costas

O caráter temporário da ocupação da terra pelo caboclo expressa-se na ausência de lavouras perenes e no caráter sumário de sua moradia e benfeitorias, que podiam ser “reconstituídas em questão de dias”, e de seus equipamentos, capazes de serem carregados nas costas de um homem. Realidade que se apoiava em tradições e práticas das comunidades americanas nativas, como assinalado.

A simplicidade, precariedade e autonomia da moradia do caboclo registram-se no fato de que, comumente, ele não necessita “de um único prego, dobradiça, ou qualquer material a ser comprado” na construção de sua moradia.²⁷ Nesse tipo de construção, eram e são usados apenas recursos naturais disponíveis nas proximidades do local onde a moradia é levantada – esteios de madeira, folhas de palmeira para a cobertura dos ranchos etc.

Em geral, à medida que avançou a fronteira da agricultura mercantil, as comunidades caboclas abandonaram as terras que detinham, sob a forma de posse, por novas terras, enquanto existiram. As comunidades caboclas foram expulsas pelo latifúndio e pela expansão da fronteira agrícola camponesa colonial.

Ao analisar o vale do Itajaí, em Santa Catarina, a historiadora Marilda da Silva lembra: “O crescimento da colônia fez os colonos cobiçarem as terras dos sertanejos ou ‘posseiros’, como eles mesmos se denominavam. Estes, recebendo pequena indenização pela morada e ‘benfeitorias’ [...], mudavam-se para uns quilômetros acima.”²⁸

Um colono descreve e justifica a expulsão, em Chapecó, Santa Catarina, do posseiro-caboclo das terras vendidas pela Colonizadora Bertaso, nas primeiras décadas do século passado. “Daí o italiano comunicava que a terra era dele. [...] e eles acabavam saindo de cima da terra. Ia para

²⁷ DIAS, Gentil Martins. *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: EdiUNB, 1978, p. 66.

²⁸ SILVA, Marilda R.G. Ch. Gonçalves da. *Imigração italiana e vocações religiosas no Vale do Itajaí*. Campinas: EdiFURB/EdiUNICAMP, 2001, p. 45.

outras terras. Porque moravam em cima da terra que não era deles. Eram dos italianos que tinham comprado essas terras.”²⁹

Pobreza relativa

A terra abandonada não possuía plantações perenes e quantidade significativa de trabalho pretérito coagulado a ser defendido pelo caboclo. A inexistência da aldeia sedentária, como *locus* de formação de sólidos laços familiares e societários, determinada pelo modo de produção praticado pelas comunidades caboclas, dificultou a resistência à expansão dos latifúndios e das comunidades coloniais-camponesas. Ainda mais que essa expansão era apoiada pelo Estado.

A pobreza material objetiva da sociedade cabocla e a fragilidade de seus laços aldeões ensejaram também produção cultural-ideológica muito pobre, que contribuiu igualmente para sua debilidade social, diante da maior consistência cultural-ideológica da produção latifundiária e colonial-camponesa. Foi igualmente frágil a oposição das comunidades caboclas à expansão do latifúndio, mesmo quando escasseou a terra.

Em casos extraordinários, fenômenos ideológicos de cunho religioso e mágico funcionaram como vetores aglutinadores da resistência cabocla diante da ameaça da perda das terras que controlavam – Canudos, Contestado, Monges de Pinheirinho etc.³⁰ A forma mística, mágica e religiosa que assumia a consciência dessas comunidades caboclas nascia do caráter rústico e limitado de sua cultura material, ensejando forma incompleta da transição de classe em si em classe para si.

A expressão místico-mágica-religiosa assumida por esses movimentos não deve jamais velar suas raízes socioeconômicas profundas. Ao analisar a revolução burguesa na Inglaterra, em 1640, comumente apresentada por cientistas sociais como luta religiosa, o historiador marxista Christopher Hil lembrou que o fato dos protagonistas de então terem falado e escrito em

²⁹ Cf. Arquivo Ceom. Entrevistas: pasta 06, n. 04. Apud VICENZE, Renilda. *Terra nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950*. Passo Fundo: UPF, 2003. [Dissertação de mestrado]

³⁰ Cf. FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; QUEIROZ, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no Novo Mundo*. São Paulo: Dominus/EdiUSP, 1965; VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995; MACEDO, José R. & MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª ed. 2004 ; FERRI, G. *Os monges de Pinheirinho*. Encantado : s.ed., 1975.

“linguagem religiosa” não deve nos impedir de ver o “conteúdo social por detrás do que, aparentemente, são idéias puramente teológicas”.³¹

Há igualmente uma forte tendência da historiografia burguesa de superestimar o caráter religioso e messiânico dos movimentos caboclos brasileiros, desconhecendo suas raízes e expressões ideológicas socioeconômicas. Quando da Guerra do Contestado, caboclos que atacaram o depósito da Brazil Lumber Company escreveram, a lápis, sobre a porta de um armazém: “O governo da República prende [retira] aos filhos brasileiros as terras que pertencem à nação e as vendem aos estrangeiros, agora nós estamos prontos a fazer valer nossos direitos”. No bolso de um outro caboclo morto durante os combates, encontrou-se bilhete onde se lia: “Nós não temos direito à terra, tudo é para aqueles que vem da Europa”.³² No passado, as comunidades caboclas conheceram importância econômica e social diferenciada nas diversas regiões do Brasil. Atualmente, elas se mantêm em forma declinante na periferia e nos interstícios da fronteira agrícola mercantil. Ao contrário das comunidades nativas tupis-guaranis, o caboclo desempenhou papel essencial na formação da classe camponesa nacional.

Escravidão: o camponês ausente

Em 1532, superados o domínio e o exclusivismo das trocas desiguais, realizadas na faixa litorânea, de mercadorias européias por gêneros americanos – escambo –, o Estado colonial português iniciou a ocupação territorial do litoral através da organização de grandes plantações escravistas sobretudo de cana-de-açúcar. A tradição da produção escravista daquele gênero agrícola fora desenvolvida nos séculos anteriores na bacia do Mediterrâneo e, a seguir, nas ilhas atlânticas – Madeira e São Tomé, sobretudo.³³

As costas do Nordeste do Brasil, próximas dos mercados consumidores europeus, ocupadas em grande parte por comunidades tupinambás, adaptavam-se grandemente à plantação da cana-de-açúcar. A expansão da produção escravista açucareira superou as práticas

³¹ Cf. HILL, Christopher. *A revolução inglesa de 1640*. Portugal: Presença; Martins Fontes: Brasil, 1977, p. 22; ver, também: AMADO, Janaína. *A revolta dos mucker*. 2º ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

³² “Il governo della Repubblica prende ai Figli Brasiliani le terre che appartengono alla nazione e lê vende allo straniero, noi adesso siamo pronti a far valere i nostri diritti.” “Noi non abbiamo diritto alla terra, tutto è per quelli che vengono dall’Europa.” BRUNELLO, Piero. *Pionieri: gli italiani in Basile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, 1994, pp. 28, 29.

³³ Cf. MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: As relações de portugueses e índios na colonização do Brasil. 1500-1580*. São Paulo: CEN; Brasília: IEL, 1980; MAESTRI, M. *Os senhores do litoral*. *Op.cit.*

mediterrânicas e atlânticas, apoiadas em pequenos engenhos movidos pela força humana ou animal. A ocupação colonial de grandes extensões da América pelas nações e classes dominantes européias colocou a questão da forma de exploração da força de trabalho, necessária à valorização mercantil desses imensos territórios.³⁴

Nas Américas, ali onde eram rarefeitas e foram exterminadas as comunidades nativas, a exploração colonial, a partir de modo de produção-apropriação apoiado no trabalho livre, impedia a expropriação significativa do sobretrabalho do produtor direto.³⁵ A abundância de terra e os instrumentos de trabalho simples determinavam que o camponês livre e sua família centrassem o trabalho na produção de meios de subsistência. Assim sendo, em contexto em que a abundância relativa da terra impedia a coerção econômica do produtor direto, impôs-se a sua coerção física, através do trabalho forçado – a escravidão.³⁶

Comumente, os ideólogos das classes proprietárias justificaram a introdução do trabalhador negro-africano escravizado nas Américas a partir das pretensas dificuldades ou impossibilidades do europeu e do índio de se submeterem ao trabalho físico sistemático sob o clima tropical, o primeiro por questões biológicas, o segundo por questões culturais. O negro-africano, ao contrário, seria produtor naturalmente predisposto ao trabalho duro sob tais condições.³⁷

De 1530 a 1888, a antiga formação social brasileira foi dominada pelo modo de produção escravista colonial³⁸, apoiado na exploração da mão-de-obra escravizada inicialmente americana, a seguir africana e afro-descendente. Durante esse longo período, a produção escravista subordinou, econômica, social e demograficamente, os diversos modos e as formas de produção com os quais conviveu.³⁹

³⁴ Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: Esboços de história*. 4ª ed. Lisboa: Clássica, 1978; CANABRAVA, A.p. *O açúcar nas Antilhas. (1697-1755)*. Paulo: IPE/USP, 1981; SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil. (1500-1820)*. 7ª ed. São Paulo: CEN; Brasília: INL, 1977.

³⁵ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: A Colônia: Da descoberta à crise colonial*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

³⁶ Cf. MARX, Karl. *Il capitale: critica dell'economia politica*. Roma: Riuniti, 1994. "La teoria moderna della colonizzazione".

³⁷ Cf. MAESTRI, Mário. "Gilberto Freyre: da Casa grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil". *CADERNOS IHU*, ano 2, nº 6, 2004, Unisinos, São Leopoldo, 31 pp.

³⁸ Cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. ver. e ampl. São Paulo: Ática, 1988; CARDOSO, C. F. C. "El modo de producción esclavista colonial em América". ASSADORIAN, C. S.. *Modos de producción em América Latina*. Córdoba: Pasado y Presente, 1973.

³⁹ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negro da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

A necessidade da organização da plantação escravista mercantil ensejou a apropriação latifundiária das terras das colônias luso-americanas através da lei portuguesa das sesmarias que entregava, sem qualquer, ônus, aos apadrinhados da administração colonial – sesmeiros – propriedades de “três léguas em quadro”, uns 13 mil hectares. As sesmarias deviam ser ocupadas e exploradas, efetivamente, pelos seus proprietários, o que comumente não ocorria. A sesmaria era antiga tradição feudal lusitana. Em Portugal, desde o século 11, o crescimento demográfico e o povoamento das terras conquistadas aos mouros impulsionaram a colonização de territórios incultos ou recém-conquistados. Para evitar abusos, seis magistrados municipais distribuíam as propriedades, sob a condição que fossem exploradas por aqueles que as recebiam.

Terra para os senhores

Em meados do século 14, Portugal conheceu importante crise, agravada pela peste negra que, chegada do Extremo Oriente, golpeou toda a Europa. Em Portugal, desde fins de 1348, a peste dizimou sobretudo as populações das cidades e dos mosteiros, ceifando boa parte do milhão de portugueses da época. A falta de trabalhadores nos campos elevou os miseráveis salários rurais e diminuiu os altos foros dos arrendamentos da terra.

O despovoamento do país mergulhou a agricultura feudal na crise. Ditada por dom Fernando, a Lei das Sesmarias [1375] procurava distribuir as terras incultas; garantir a produção agrícola; fixar os jornaleiros rurais à terra; impedir a alta de seus salários. O regulamento tentava impulsionar a agricultura e proteger os proprietários de terras.⁴⁰ A lei manteve a obrigatoriedade, sob pena de expropriação, da exploração das sesmarias.

O sesmeiro era obrigado a pagar as rendas feudais que gravam a terra, não sendo, porém, desde as Ordenações Manuêlinas (1521-1603), possível acrescentar novos encargos à mesma.⁴¹

Na América lusitana, a posse sesmeira da terra garantiu o domínio latifundiário da propriedade, base material para a exploração do produtor direto escravizado. Já que não possuía encargos, a terra era concedida sem qualquer ônus, à exceção do dízimo de Cristo, podendo ser vendida, arrendada, hipotecada etc.

⁴⁰ DIAS, Carlos Malheiro. [Org]. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Edição monumental comemorativa do I Centenário da Independência do Brasil. [HCPB]. Porto: Litografia Nacional, MCMXI. [3 v.]; AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico : Esboços de História*. 4^a ed. Lisboa: Clássica, 1978.

⁴¹ Cf. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. *Op.cit.*, p. 380.

Na América, o Brasil foi a nação americana que importou o maior número de trabalhadores escravizados: dos nove a quinze milhões de africanos chegados com vida ao Novo Mundo, três a cinco desembarcaram no litoral brasileiro.⁴² Os africanos escravizados eram mais comumente camponeses aldeões que perdiam a liberdade devido à violência pura ou a motivos políticos e econômicos. Em geral, as mulheres eram retidas como esposas na África e os homens, vendidos nos entrepostos europeus da costa. Na África banto, grande celeiro de cativos americanos, o trabalho agrícola era tarefa feminina, como nas sociedades tupis-guaranis.⁴³

Como fora comum na Grécia e em Roma escravistas,⁴⁴ apenas nas cidades os trabalhadores escravizados produziram em forma semi-autônoma. Em meio rural, eles tinham seus atos produtivos e não produtivos estritamente dirigidos e controlados, contando com uma autonomia individual e produtiva muito limitada. “A mão-de-obra [...] mais ou menos numerosa, executa as tarefas principais organizadas em equipes [...], que obedecem ao comando único do planador ou do seu feitor-mor. À exceção dos minúsculos cultivos dos próprios escravos, quando permitidos, não há atividades autônomas, todas obedecem à direção integrada no tempo e no espaço, desde a preparação do terreno ao escoamento final do produto para a venda.”⁴⁵

Trabalho servil

As práticas agrícolas escravistas assentaram-se na grande lavoura de exportação. Os trabalhos agrícolas eram realizados por grupos de trabalhadores feitorizados – éitos ou equipes. As

⁴² Cf. FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: EST: Vozes, 1980. pp. 10-2; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. pp.120, 138-138-40; MAESTRI, Mário. *Servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, pp. 33-34.

⁴³ Cf. MAESTRI, Mário. *Servidão negra*. *Op.cit.*; CAPELA, José. *Escravatura: a empresa de saque. O abolicionismo. (1810-1875)*. Porto: Afrontamento, 1974; DAVIDSON, Basil. *Mãe negra*. Lisboa: Sá da Costa, 1978; MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2002.

⁴⁴ Cf. GARLAN, Yvon. *Les esclaves en Grèce Ancienne*. France, Maspero, 1982; GIARDINA, A. & SCHIAVONE, E. (Org.) *Società romana e produzione schiavistica*. I. L'Italia: insediamenti e forme economiche. Roma-Bari, Laterza, 1981; STAERMAN, E.M. & TOFIMOVA, M.L. *La schiavitù nell'Italia Imperiale*. Roma, Riuniti, 1975; MAESTRI, Mário. *O escravismo antigo*. 17^a ed. São Paulo: Atual, 1999.

⁴⁵ GORENDER. *O escravismo colonial*. *Op.cit.*, p. 80.

produções escravistas clássica e americana deprimiam tendencialmente o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, que foram sempre essencialmente rústicos.⁴⁶ A escravidão brasileira praticamente desconheceu o arado. Seu principal instrumento foi o enxadão pesado e resistente. Nas plantagens, a policultura era prática marginal, limitada à roça de subsistência.

Apesar dos esforços empreendidos por importantes segmentos historiográficos, a vasta documentação conhecida comprova que, no contexto da produção escravista mercantil do Brasil, os produtores diretos escravizados não estabeleceram vínculos significativos de posse efetiva com a terra trabalhada. A produção autônoma de meios de subsistência, pelos próprios trabalhadores escravizados, nos domingos, em nesgas de terras, foi fenômeno extraordinário e assistemático no escravismo brasileiro.

Mais ainda, essa prática tendia a dissolver-se quando a produção escravista acelerava, impulsionada pela expansão do mercado e dos preços dos gêneros que produzia. Tal fato e a subordinação, no interior das unidades produtivas, dessas práticas extraordinárias, às exigências da produção mercantil, determinaram a inexistência do protocampesinato negro proposto pelos defensores da brecha camponesa.⁴⁷

Em 1996, o historiador baiano João José Reis lembraria que, “no Brasil, o sistema [brasileiro] aparentemente não foi assim tão difundido [...]”. Nos engenhos açucareiros, após o grande *boom* do açúcar, os escravistas teriam passado a alimentar os trabalhadores. Reis lembra: “Um estudo recente de B. Barickman conclui que, entre 1780 e 1860, nos engenhos a alimentação escrava ficava principalmente por conta do senhor.”⁴⁸

No mesmo sentido, fora casos extraordinários, a reprodução da população escravizada assentou-se essencialmente no tráfico, primeiro transatlântico, a seguir interprovincial.⁴⁹ Nos

⁴⁶ Cf. MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002, pp. 13-30; GORENDER. *O escravismo colonial*. Ob.cit., pp. 95-98.

⁴⁷ Cf. CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, pp. 70-86; MAESTRI, Mário. “O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorenader”. *Revista Espaço Acadêmico*, Primeira Parte, nº 35, abril de 2004,; Segunda Parte, nº 36, maio de 2004, ISSN 15196186. www.espaçoacademico.com.br;

⁴⁸ Cf. REIS, João José. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro: Bahia, 1806*. In REIS & GOMES. [Org.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 336.

⁴⁹ Cf. CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Op. cit.; SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*. José Gonçalves Salvador. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1981.

fatos, o escravismo colonial ensejou formas singulares e bastardas de vínculos familiares entre a população escravizada. Mais do que falar de família escrava, temos que falar dos tipos singulares de famílias de trabalhadores escravizados.⁵⁰

Em 1888, a abolição da escravidão, única revolução social vitoriosa no Brasil, deu-se no contexto da importância decrescente da classe dos trabalhadores escravizados concentrada nas grandes fazendas cafeicultoras, devido ao forte movimento de venda dos cativos das cidades e dos campos das demais regiões do Brasil para as fazendas cafeicultoras do Centro-Sul, determinado pela elevação do preço pago pelo produtor pelos cafeicultores.⁵¹

Sobretudo no Centro-Sul, os trabalhadores escravizados mobilizaram-se por sua liberdade civil básica, ignorando tendencialmente a luta por uma terra com a qual praticamente não mantinham vínculos positivos. No Brasil, ainda que importantes setores do movimento abolicionista propusessem a distribuição de terras entre os trabalhadores escravizados emancipados, quando da Abolição, os cativos rurais partiram para as cidades ou alugaram seus braços nas fazendas, sem se mobilizarem maciçamente pela posse da terra. Como veremos, muitos ex-cativos foram incorporados pela civilização cabocla.

Fragilidade do camponês negro

O caráter feitorizado e socializado da exploração da terra nos latifúndios; a debilidade e singularidade da família dos trabalhadores escravizados; o caráter excepcional e limitado das hortas servis; a coesão da apropriação latifundiária foram alguns fatores que contribuíram para a inexistência no Brasil de campesinato negro substancial, antes, quando e após a Abolição. Esses fatores contribuíram também à fragilidade da cultura de raízes africana e afro-descendente nos campos, fenômeno que se expressou no desaparecimento de línguas, *koinés* e falares crioulos de origens africanas, amplamente utilizados no Brasil, sobretudo nos séculos 17, 18 e 19.⁵²

A ação política das classes dominantes luso-brasileiras e brasileiras dificultou o desenvolvimento e a consolidação significativos de uma classe camponesa de origem nacional.

⁵⁰ Cf. SLANES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). ESTUDOS ECONÔMICOS, São Paulo, IPE-USP, 17 (2), 1987; MAESTRI, Mário. Resenha de: FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. PRAXIS, Minas Gerais, ano V, nº 11, pp. 155-157.

⁵¹ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

⁵² Cf. CARBONI & MAESTRI. *A linguagem escravizada*. *Op.cit.*

Nesse sentido, em 1889, a República constituiu também uma resposta dos grandes proprietários de terra ao movimento abolicionista nacional-reformista que defendia a formação de classe de pequenos proprietários através de distribuição de terra às classes livres pobres – caboclos, ex-cativos etc. –, como se fazia, desde o início do século 19, com camponeses europeus.

Nos últimos anos do cativo, expressando importantes correntes do movimento abolicionista, André Rebouças propunha ser “a abolição do latifúndio complemento inseparável da abolição do escravo” [sic], e defendia que a “elevação do negro pela propriedade territorial” seria o “único meio de impedir a sua re-escravização”.⁵³ Proposta que a história comprovou em forma irretorquível.

Na defesa do Terceiro Reinado, Pedro II e Isabel aproximaram-se das comunidades negras libertas. Na sua última “Fala do Trono”, propôs a aprovação de lei que regulamentasse a “propriedade territorial” e facilitasse “a aquisição e cultura das terras devolutas”, concedendo ao governo “o direito de expropriar, no interesse público, as terras que confinam com as ferrovias, desde que não sejam cultivadas pelos donos”.⁵⁴ Ou seja, verbalizava projeto de reforma agrária através da desapropriação, com indenização, dos latifúndios improdutivos.

Em verdade, era já uma tradição que os trabalhadores das ferrovias fizessem seus cultivos de sobrevivência ao longo das faixas de domínio legal das ferrovias, ou seja, vinte metros para cada lado do eixo central, surgindo daí a expressão “comprida que nem lavoura de tuco”. Tuco é o homem que trabalha na conservação do leito das ferrovias.⁵⁵

Vimos que o historiador Robert Conrad definiu a República como verdadeira “contra-revolução” política, impulsionada em grande parte pelos conservadores e cafeicultores convertidos ao republicanismo, contra a vitória do Partido Liberal que, entregando o poder às oligarquias agrárias regionais, barrou a proposta de reforma da ordem fundiária, consolidando o federalismo oligárquico em todo o Brasil.⁵⁶

De certa forma, apenas o Rio Grande do Sul escapou dessa metamorfose conservadora do Estado monárquico centralizador em Estado republicano oligárquico federalista, devido ao alijamento dos liberais e dos conservadores do poder regional, pelos republicanos do PRR, que

⁵³ FACÓ, Rui. Notas sobre o problema agrário. MARIGHELLA, Carlos *et alii*. *A questão agrária no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Debates, 1980, p. 52.

⁵⁴ VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 97-99.

⁵⁵ Depoimento do engenheiro-agrônomo Humberto Sório Júnior.

⁵⁶ Cf. CONRAD, Robert E. A pós-abolição: a reação dos fazendeiros e a queda do Império. [ex.datilografado]; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. *Op. cit.*, p. 186.

expressavam, ao contrário do resto do país, um novo bloco social pró-capitalista do qual participaria com destaque a agricultura, o comércio, o artesanato e a manufatura da região de colonização colonial-camponesa européia.⁵⁷

Fragilidade da via quilombola

Durante a escravidão colonial, cativos fugiam para os sertões onde formaram pequenas, médias e grandes comunidades agrícolas clandestinas – quilombos, mocambos, palmares etc. Na maioria das vezes, essas comunidades possuíam dezenas de habitantes. Alguns delas congregaram centenas e, excepcionalmente, superavam um milhar de membros.

Havia quilombos na periferia das cidades ou próximos às estradas e caminhos, dedicados à apropriação violenta de bens. Nas florestas, exploravam o extrativismo vegetal e, nas regiões mineiras, a mineração do ouro e de diamantes. Porém, os quilombos dedicados à agricultura de subsistência foram certamente os mais comuns, os mais longevos e os mais populosos.

Nos mocambos agrícolas, os quilombolas plantavam roçados de abóboras, amendoim, ananases, batata-doce, feijão, mandioca, melancia, milho, cana-de-açúcar etc. Praticavam a pesca, a caça, a coleta. Criavam galinhas, porcos, cabras e outros pequenos animais. Viviam em cabanas individuais ou coletivas e negociavam comumente suas produções excedentes com mascates, com regatões e nas vilas e fazendas mais próximas.⁵⁸

A existência das comunidades quilombolas foi sempre precária. Em verdade, fora casos excepcionais, como a confederação dos quilombos dos Palmares,⁵⁹ os quilombos reproduziram-se demograficamente com dificuldade ou não alcançaram a fazê-lo. Um pouco

⁵⁷ Cf. MAESTRI, Mário. “O sentido da República Castilhistas e da Revolução de 1893”. Centro de Estudos Marxistas. *Os trabalhos e os dias*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000. pp. 179-218.

⁵⁸ Cf. REIS, J.J. & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; MOURA, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EdiUFAL, 2001.

⁵⁹ ALVES FILHO, Ivan Alves. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988; CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares*. 4^a ed. fac-similar. São Paulo: CEN, 1988; ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. 1^o Volume: Domingos Jorge Velho e a Troia Negra. 1687-1709. São Paulo: CEN, 1938; FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 5^a ed. reescrita, revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984; FREITAS, Mário Martins de. *Reino negro de Palmares*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988; PÉRET, Benjamin. *Que foi o quilombo de Palmares?*. ANHAMBÍ, ano VI, vol. 22, abril 1956; RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5^a ed. São Paulo: CEN, 1977.

como a sociedade escravista, a ampliação das comunidades quilombolas dava-se por agregação sobretudo voluntária de membros provenientes do seu exterior – cativos fugidos, nativos, homens livres pobres etc.⁶⁰

As razões da dificuldade dos quilombos de reproduzirem-se eram endógenas e exógenas. Em torno de dois terços dos africanos desembarcados no Brasil eram homens. As cativas escapavam significativamente menos que os homens. Era elevada a taxa de masculinidade dos quilombos, escasseando mulheres em idade núbil. Os mocambeiros procuravam suprir a carência de mulheres com o seqüestro de cativas, libertas e livres.⁶¹

Terras quilombolas

O caráter clandestino e disperso da comunidade quilombola determinava que mantivesse com dificuldade relações com comunidades congêneres, o que dificultava eventual equalização sexual e etária por trocas de seus membros. Essas determinações dificultavam a expansão vegetativa dessas comunidades, já que é o número de mulheres em idade fértil – e não de homens – que determina o crescimento populacional. Seriam raros os laços familiares sólidos no seio das comunidades quilombolas.

A existência de uma comunidade quilombola era sempre eventual refúgio, sobretudo para os cativos da região em que o quilombo se encontrava. A captura dos fujões era um ótimo negócio para os homens livres. Durante a escravidão, expedições enviadas pelos senhores e pelo Estado perseguiram, atacaram e destruíram as comunidades rurais de trabalhadores escravizados escapados, igualmente sempre questionada pela expansão da fronteira agrícola mercantil.

A economia quilombola assemelhava-se essencialmente à produção cabocla – coivara; rusticidade das ferramentas; inexistência da tração animal; domínio da produção de

⁶⁰ Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988; MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981; MOURA, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. *Op.cit.*

⁶¹ Cf. MAESTRI, Mário. Em torno ao quilombo. *HISTÓRIA EM CADERNOS*. Revista do Mestrado em História da UFRJ. nº 2. Rio de Janeiro, 1984, pp. 9-19; MAESTRI, Mário. O quilombo de Manoel Padeiro. *Presença Negra no RS. CADERNOS PONTO & VÍRGULA*, 11, Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre, RS, 1995, pp. 64-72.

subsistência; plantas de ciclo rápido; deslocamento das aldeias etc. Também ela não construía laços profundos e essenciais com a terra ocupada, que podia ser abandonada, sem maiores traumas, por uma outra região.

Em verdade, os quilombolas protegiam, não a terra que exploravam, mas suas liberdades – ou seja, a autonomia da força de trabalho. Era hábito difundido entre os mocambeiros abandonar as aldeias e plantações e se embrenharem nas florestas, quando assaltados. Salvos das tropas reescravizadoras, fundavam-se um outro povoado, geralmente em locais e territórios desconhecidos pelos agressores.

A estrutura produtiva; as dificuldades de expansão demográfica; o caráter clandestino; a repressão policial; a expansão da fronteira agrícola etc. debilitavam estruturalmente a reprodução das comunidades quilombolas, já pouco numerosas na época da abolição, sobretudo nas regiões de grande concentração de trabalhadores escravizados – Centro Sul.

Terras negras

Já antes da abolição, alguns senhores entregaram, em vida ou por testamento, nesgas de terras, comumente distantes e pouco férteis, em geral para cativos domésticos. Sobretudo após a abolição, essas terras de negros transformaram-se em pontos de atração para outros afro-descendentes, conformando rincões de negros comuns em todo o Brasil.

Antes da abolição, cativos fugidos, libertos, negros livres subsistiram como caboclos nos interstícios das áreas de produção agrícola mercantil e nas bordas das fronteiras agrícolas em expansão. Engrossadas após a Abolição, essas comunidades deram origem a um campesinato negro que, não raro, tendeu a isolar-se, como já o haviam feito os caboclos descendentes de nativos.

O distanciamento das roças das vilas defendia os caboclos negros das investidas dos grandes proprietários e aumentava a dificuldade da mercantilização da produção. Estudando o município de Valença, Bahia, a partir dos anos 1940, Martins Dias refere-se a esse fenômeno: “[...] a população roceira, formada por descendentes de escravos e de índios, aparentemente se contentava com atividades menos promissoras e se estabelecia em áreas menos disputadas e mais afastadas dos centros urbanos”.

O isolamento relativo seria resultado da “experiência de dominação e exploração a que foram submetidos escravos, índios e seus descendentes”. Um velho roceiro teria explicado ao autor “que os pretos e os caboclos evitavam ao máximo qualquer tipo de contato com a cidade e

com as elites urbanas. [...] a possibilidade de isolamento da roça prometia àqueles grupos um retorno à liberdade há muito perdida”.⁶²

Terra e Constituição

A Constituição de 1988, no seu artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, reconheceu o direito de propriedade às terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Cem anos antes desse ato, em maio de 1888, com o fim do escravismo, o quilombo dissolveu-se como fenômeno objetivo. Sua função como espaço de autonomia da força de trabalho perdeu sentido com a conquista das liberdades civis mínimas pelos trabalhadores escravizados. Em 1888, a revolução abolicionista determinara superação social qualitativa, soldando a fratura no mundo do trabalho entre trabalhadores livres e escravizados, existente desde 1530. Desde então, o esforço do ex-quilombola deslocou-se da defesa prioritária da liberdade, para a defesa da terra, novo *locus* da autonomia do produtor rural livre.

Assim sendo, o ex-quilombola associou-se e diluiu-se na luta da população cabocla, em geral, e da população afro-descendente, de diversas origens, em especial, pela defesa da terra de que detinha e pela conquista da terra que necessitava. As determinações comuns a essas comunidades, isto é, a luta contra o poder republicano e latifundiário, contribuiu para sua homogeneização tendencial.

Nesse processo, com o passar dos anos, a própria memória da gênese quilombola de uma comunidade rural tendeu a perder-se, confundindo-se com a memória histórica igualmente frágil de comunidades de camponeses – negros livres e libertos – que adquiriram terras através de herança, doação, concessão, compra, ocupação etc.

Camponeses pobres

Sobretudo, como assinalado, as comunidades negras nascidas da ordem escravistas tenderam a confundir-se no mais vasto universo das comunidades rurais em luta pela defesa e conquista da terra, monopolizada pelo latifúndio. Ex-quilombolas, Treze de Maio, libertos, ex-cativos, etc. combateram, em forma individual ou associada, em Belo Monte, na Contestado etc. Hoje,

⁶² DIAS, Gentil Martins. *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: EdUNB, 1978, p. 69.

através do Brasil, camponeses negros integram crescentemente as fileiras do MST e de outros movimentos de luta pela terra.

Impõe-se às ciências sociais esforço científico permanente pela recuperação da trajetória singular das comunidades negras rurais. Esse processo contribuirá para a necessária reconstrução do passado das classes trabalhadoras, em geral, e para a tomada de consciência de suas raízes históricas pelas comunidades protagonistas dos fatos, em especial.

Esse processo tem que constituir restauração científica dos fatos e de seus sentidos, apoiada no levantamento e análise dos fenômenos objetivos e subjetivos realmente ocorridos, apoiada por historiadores, arqueólogos, lingüistas, sociólogos, antropólogos etc. Nesse sentido, deve realizar definição e conceituação rigorosa dos fenômenos históricos objetivos.

Há bem mais de dois mil anos, Aristóteles lembrava, em *A política*: “Todas as cousas se definem pelas suas funções; e desde o momento em que elas percam os seus característicos, já não se poderá dizer que sejam as mesmas [...]”.⁶³ A perquirição do passado deve constituir desvelamento objetivo da história e não invenção subjetiva de tradição.⁶⁴

Constitui círculo vicioso definir as origens das comunidades a partir do que elas pensam, ou, ainda pior, do que elas são levadas a pensar, sobre seu passado. O estudo das comunidades rurais negras deve apontar para a superação do mito, e não para sua extrapolção. O passado deve ser revelado e jamais criado, ainda mais, a partir da decisão de segmentos profissionais que se autodefinem com capacidade para tal.

História e mito

Nos últimos anos, tem-se efetuado um amplo mapeamento das ocorrências de terras de negros e das comunidades remanescentes de quilombos no território nacional, ainda significativas em regiões como o Pará e Maranhão. É social e politicamente correta a extensão da acepção de terra quilombola às terras de negros surgidas de doações e apropriações não quilombolas, para facilitar a legalização da propriedade de terras de comunidades camponesas negras nascidas antes ou após a abolição.

Porém, esse processo deve-se se dar no contexto da correta definição da época e da origem dessas comunidades, a fim de se manter a integridade das suas histórias. Processo que

⁶³ ARISTÓTELES, *Política*. São Paulo: Atenas, 1957, I, 11.

⁶⁴ Cf. HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

enriquecerá, igualmente, o conhecimento da contribuição da via quilombola e da via escravista à formação do campesinato brasileiro. Constitui uma agressão à memória e à história das classes trabalhadoras a denominação geral sumária como comunidade quilombola de toda e qualquer comunidade negra rural, independente de sua origem objetiva, fenômeno em forte desenvolvimento nos últimos anos.⁶⁵

Portanto, trata-se de proposta conceitual aceitável a definição das comunidades rurais negras contemporâneas de múltiplas origens como novos quilombos. Desde que não se dilua arbitrariamente e autoritariamente a especificidade do fenômeno assinalado na pré-abolição como quilombo, no contexto dos fenômenos múltiplos e diversos ensejados pelo escravismo, direta ou indiretamente, antes e após 1888 – terra de preto, rincão dos negros etc.

Diluir, confundir, homogeneizar etc. o rico passado rural escravista, e suas decorrências após 1888, constitui desrespeito flagrante aos protagonistas sociais do passado e do presente, diretos ou indiretos, daqueles acontecimentos. Constitui verdadeiro genocídio da memória, mesmo que apoiado em ciência ingênua e em intenções piedosas.⁶⁶

Produtores dependentes

Através do Brasil, no interior das fazendas mercantis agrícolas e pastoris, desenvolveu-se comumente pequena produção de subsistência praticada por homens livres, geralmente sob licença verbal dos proprietários – moradores, agregados, posteiros, rendeiros etc.⁶⁷ Esses produtores contribuía comumente com a força de trabalho no momento de pique da produção mercantil; vigiavam os limites dos campos; funcionavam como guardas e capangas dos fazendeiros etc.

Parte dessa produção, essencialmente voltada à subsistência – feijão, mandioca, milho, melão, melancia etc. –, era entregue aos proprietários da terra, segundo divisão pactuada ou consuetudinária. Uma pequena parte de produção era comercializada. Os moradores,

⁶⁵ Cf. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades quilombolas: direito à terra*. Brasília: Fundação Nacional Palmares, 2002; FIABANI, Adelmir. “Mato, palhoça e pilão. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes.” [1523-2004]. Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, 2004. [Dissertação de Mestrado.]

⁶⁶ Cf. ALMEIDA, Alfredo Waner Berno de. “Os quilombos e as novas etnias”. O’DWYER, Eliane Cantarino [Org.] *Quilombo: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002, pp. 43-82.

⁶⁷ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

agregados, posteiros, rendeiros etc. e suas famílias viviam em isolamento relativo nos latifúndios, gozando de um frágil direito de uso da terra que exploravam.

Como os caboclos, os posseiros, os intrusos etc., esses moradores precários dos grandes latifúndios foram comumente expulsos da terra que ocuparam pela expansão da produção mercantil, no interior daquelas unidades produtivas, ou devido à introdução de melhorias tecnológicas que tornaram desnecessários seus serviços. A partir dos anos de 1870, o cercamento das fazendas pastoris sulinas com arame liso e a seguir farpado teria expulsado milhares de posteiros e suas famílias dos latifúndios.⁶⁸

A inexistência de fortes laços aldeões e familiares aprofundava ainda mais os *handicaps* social, político e cultural negativos vividos por caboclos, posseiros, meeiros, moradores, intrusos etc., que raramente chegaram a vislumbrar a possibilidade da legalização das posses que exploraram, assegurada pela Lei de Terras de 1850. Fazendeiros e especuladores compraram comumente direitos de posse e legalizavam terras ocupadas por posseiros. Não raro, esses últimos foram sumariamente expulsos ou eliminados fisicamente por capangas do latifúndio, quando exteriorizaram a intenção de legalizar suas posses.

O racismo; a falta de representação política; a ausência de conhecimentos legais; a baixa renda monetária; a prática de línguas e de padrões não oficiais da língua nacional etc. foram fenômenos que, associados à falta de experiência histórica com a propriedade da terra e uma forma de produção que estabelecia frágeis vínculos com ela, tornaram comumente “inviáveis as possibilidades de legitimação” das terras detidas por essas comunidades.⁶⁹

Ordem oligárquica

A partir de 1889, na república oligárquica, a sociedade camponesa subsistiu apenas nos poros de uma sociedade de classes que manteve em forma hegemônica o caráter latifundiário da apropriação da terra. No novo contexto, prosseguiu a marginalização política e social das comunidades caboclas de raízes nativas ou africanas.

Como assinalado, sobretudo a inexistência das sólidas comunidades familiares e aldeãs e as frágeis ligações orgânicas com a terra ocupada permitiram que as terras caboclas, indígenas, negras e quilombolas continuassem a ser apropriadas pelo latifúndio em contínua expansão,

⁶⁸ Cf. MAESTRI. *Deus é grande, o mato é maior. Op.cit.*, pp. 85 et seq.

⁶⁹ DIAS, Gentil Martins. *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: EdUNB, 1978, p. 63.

comumente através da compra e legalização fraudulenta de posses e da expulsão dos posseiros por jagunços.⁷⁰

A história do incessante processo de espoliação das comunidades caboclas e indígenas nacionais, que prossegue até hoje, encontra-se registrado na documentação oficial, sobretudo policial; nos cartórios e registros de terra; nos processos civis e penais etc. Pelas razões assinaladas, essas comunidades raramente conseguiram organizar-se solidamente.

Nos casos singulares em que se insurgiram contra a ordem instituída, esses grupos sociais foram massacradas pelos exércitos e tropas regionais e nacionais, sem conseguirem elevar ao nível de consciência política as cresças messiânico-religiosas que expressaram subjetivamente a decisão de luta pela terra. Elevação da consciência necessária para a ampliação e generalização da mobilização contra a ordem latifundiária.

Neste contexto geral, até 1930, a República manteve facilmente as classes subalternizadas plenamente afastadas da gestão do Estado. Sem conseguirem organizar-se política e socialmente, esses segmentos sociais rurais foram mantidos à margem do jogo político e da legislação social e trabalhista. Como na ordem escravista, a nacionalidade e a cidadania prosseguiram sendo compreendidas como monopólio exclusivo das classes proprietárias, de origem ou pretensa origem européia.

O hiato camponês

O surgimento de campesinato nacional propriamente dito deve-se sobretudo a fenômeno inicialmente marginal no processo de ocupação e exploração do território brasileiro. Ou seja, à exploração policultora de pequenos lotes de terras, sobretudo por agricultores proprietários imigrantes europeus não portugueses, em regiões do território não adaptadas à exploração agrícola e pastoril latifundiária.

Em meados do século 18, a Coroa portuguesa tentou inutilmente formar segmento camponês no Brasil. Sobretudo para povoar as Missões, trocadas em Madrid, em 1750, pela Colônia de Sacramento, e ocupar parte do litoral Sul do Brasil, foram trazidos casais camponeses das ilhas Açores e da Madeira, sob a promessa da concessão gratuita de 275 hectares de terras,

⁷⁰ Cf. ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho. 1850-1920*. Ijuí: EdiIJUÍ, 1997, p. 75.

ferramentas, sementes etc. Até 1754, uns três mil ilhotas estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, onde, parte deles, transformaram-se, mais tarde, em criadores pastoris latifundiários.⁷¹

O projeto de formação de extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-escravista, com camponeses emigrados, foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo do império português para o Rio de Janeiro, em 1808, transferência que fazia parte do projeto de fundar, com o centro na América portuguesa, um novo império lusitano reformado.⁷² Com essa iniciativa, o Estado absolutista lusitano e, a seguir, o Estado imperial brasileiro, almejavam diversos objetivos.

Com a imigração de camponeses procurava-se promover agricultura policultora que abastecesse as capitais e os latifúndios em gêneros alimentícios, caros e escassos; criar homens livres para os exércitos imperiais; consolidar a ocupação do território; desenvolver população livre de pequenos proprietários que fizesse contraponto à população escravizada. A iniciativa não almejava criar trabalhador livre alternativo ao cativo, já que concedia terras aos recém-chegados.

Em fins de 1819, chegam as primeiras levas de emigrantes suíços destinados à colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.⁷³ Porém, é sobretudo após a independência do Brasil, em 1822, que camponeses europeus arrendatários, jornaleiros rurais ou com propriedades minúsculas partiram para o Brasil atraídos pela promessa de terra.

No início do século 19, a vaga migratória foi constituída sobretudo por suíços e alemães;⁷⁴ a partir de 1875, avolumaram-se os imigrantes chegados do Norte da Itália;⁷⁵ em inícios do novo

⁷¹ Cf., entre outros: WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, Instituto Cultural Português, 1979; LAYTANO, Dante. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1948.

⁷² Cf. LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império : Portugal e Brasil : bastidores da política, 1798 - 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

⁷³ Cf. NICOLIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil. (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

⁷⁴ Cf. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. I. Porto Alegre: Globo, 1969; TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850*. São Leopoldo: EdUnisinos, 2000.

⁷⁵ Cf. MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. ver. e ampl. Passo Fundo: EdiUPF, 2001

século, foi a vez dos poloneses.⁷⁶ Porém, também partiram para o Brasil austríacos, belgas, judeus, russos, ucranianos etc.⁷⁷

Produção de pobres

Inicialmente, os imigrantes receberam terras gratuitas, sementes, animais, ajuda para o estabelecimento. Após a Lei de Terras, de 1850-4, a aquisição da terra e os benefícios iniciais passaram a ser financiados. A Lei de Terras constituiu resposta das classes proprietárias do Brasil à ameaça de futura falta de mão-de-obra escravizada devido à interrupção do tráfico transatlântico de trabalhadores, naquele ano.⁷⁸

O fim da entrega gratuita de terra pretendia impedir que a ampliação da classe de camponeses proprietários desviasse o homem livre pobre da necessidade de vender sua força de trabalho a vil preço nos latifúndios. Em 1842, Bernardo de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro recomendavam ao Imperador: “Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário.”⁷⁹

Com a Lei de Terras, almejava-se também a apropriação estatal e privada de parte do trabalho camponês através da venda da terra devoluta, ou seja, sem qualquer valor ajuntado, por preço acima do valor de sua integração ao mercado, reduzido em geral aos investimentos em medição, abertura de caminhos etc. Em verdade, comumente, a própria abertura dos caminhos era feita pelos imigrantes, que financiavam, com o recebido pelo trabalho, o pagamento de parte do valor – criado – da terra que ocupavam.

Com a sistematização do processo de imigração colonial-camponesa sobretudo para o Sul do Brasil, com destaque para o Nordeste do Rio Grande do Sul, formaram-se vastas comunidades, no início tendencialmente homogêneas, de pequenos camponeses proprietários, que

⁷⁶ Cf. WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. *Montanhas que furam as nuvens! A colonização polonesa em Áurea. 1910-45*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002; GRITTI, Isabel. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

⁷⁷ Cf. GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997; LANGENDONCK, Madame van. Uma colônia no Brasil. *Notícia bibliográfica e histórica*. Campinas, São Paulo, Ano XXII, n° 137, jan./março, 1990, pp. 5-66.

⁷⁸ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. EdEdusp, São Paulo, 1992; SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. EdUnicamp, Campinas, 1996.

⁷⁹ *Apud* GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Op.cit., p.112.

modificaram, com o passar dos tempos, em forma qualitativa, as orientações social, econômica e política dessas regiões e, até certo ponto, de todo o Brasil.⁸⁰

A ocupação com camponeses europeus sem ou com pouca terra de importantes regiões imprestáveis ao latifúndio constituiu operação planejada e implementada pelo Estado imperial com objetivos sobretudo estratégicos. As elites latifundiárias imperiais e regionais opuseram-se permanentemente ao projeto, devido a contradições políticas e ideológicas com a pequena propriedade e à resistência a que os recursos públicos não fossem canalizados para seus interesses.⁸¹

Colônia, linha, gleba, sede

As unidades centrais da ocupação planejada do território com camponeses pequenos proprietários imigrados eram a colônia, a linha, a gleba e a sede colonial. A colônia era a grande extensão de terra devoluta loteada, em geral com cobertura florestal, administrada pelo poder central enquanto não obtinha sua autonomia municipal. São Leopoldo, Caxias, Guaporé, Santa Cruz do Sul etc. foram algumas das principais colônias rio-grandenses.

As glebas coloniais contíguas, também chamadas de colônias, inicialmente com setenta, a seguir com quarenta, porém mais comumente com vinte hectares, eram demarcadas, em geral na planta, ao longo dos dois lados da picada, comumente abertas nas florestas. A linha era o conjunto das glebas coloniais de uma picada. No RS, as picadas – também chamadas de linha – tinham em geral de seis a doze quilômetros. Cada linha possuía seu nome.⁸²

Era escolhido um terreno plano e central para a sede colonial, onde se delimitavam os quarteirões, as praças, as ruas e os lotes urbanos, vendidos aos interessados. Nas sedes

⁸⁰ Cf. DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

⁸¹ Cf. LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. (1850 –1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

⁸² Cf. DE BONI, Luis & A. COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984; FROSI, Vitalina Maria & MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Ediuçs, 1975; IOTTI, Luiza Horn. (Org.) *Imigração e colonização: Legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul: Ediuçs, 2001; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle & GIRON, Loraine Slomp. &. *Colônia : um conceito controverso*. Caxias: EDUCS, 1996.

coloniais, origens de algumas das maiores cidades do Sul do Brasil, localizavam-se a administração pública, o comércio, os serviços etc. As glebas coloniais ligavam-se através das linhas e dos caminhos vicinais às sedes coloniais, em contato terrestre, aquático, ferroviário com os principais centros regionais.⁸³

Apesar de haver desigualdade quanto ao acesso aos mercados, à fertilidade e ao tamanho dos lotes, por décadas, as diferenças dessa sociedade foram sobretudo quantitativas, já que praticamente todos os seus membros possuíam ou podiam possuir um naco de chão. O sentido primeiro e último desse movimento populacional era a posse da terra. Destinados a labutarem nos latifúndios, os brasileiros pobres ficaram à margem da divisão da terra.

Os imigrantes chegados da Europa traziam consigo tradição camponesa milenar de arraigo à terra. Comumente, os recém-chegados possuíam poucos filhos, já que praticavam a contensão demográfica, em geral através da postergação do casamento, devido à escassez da terra conhecida no Velho Mundo. No Brasil, devido à abundância relativa da terra e à falta de braços, essa comunidade conheceu explosão demográfica, em boa parte através da prática precoce do casamento.⁸⁴

Regredir avançando

Em geral, os métodos agrícolas praticados pelos imigrantes na Europa eram rústicos. No Brasil, a dissociação do camponês da divisão do trabalho em que estava inserido no Velho Mundo ensejou uma verdadeira involução das práticas produtivas. Porém, elas mantiveram-se significativamente mais adiantadas do que a agricultura escravista, cabocla e nativa conhecida no Brasil.⁸⁵

Os camponeses europeus aportavam no Brasil habitualmente com toda a família e, não raro, acompanhados de casais da mesma aldeia ou região, em geral sem intenção de retornarem algum dia à pátria velha. Após a travessia, inicialmente realizada em veleiros, mais tarde em

⁸³ Cf. GUTIERREZ, Ester & GUTIERREZ, Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos*. Passo Fundo, EdiUPF, 2000.

⁸⁴ Cf. SECOMBE, Wally. *Le trasformazioni della famiglia nell'Europa nord-occidentale. Mille anni di storia tra feudalesimo e capitalismo*. [ed. inglesa, 1992] Firenze: La nuova Italia, 1997; VANNINI, Ismael. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul. 1906-1970*. 2ª ed. Porto Alegre: EST., Passo Fundo, EdiUPF, 2004.

⁸⁵ Cf. SEBESTA, Giuseppe. *Museo degli usi e costumi della gente trentina*. 2º ed. Trento: Museo degli [...], 1993.

navios a vapor, os imigrantes chegavam aos portos provinciais, de onde eram em geral enviados para barracões, nas diversas colônias, antes da instalação definitiva nos lotes.⁸⁶

Se as glebas estavam já delimitadas, o colono escolhia seu lote e, depois de 1850, assinava o contrato de compra, deixava a mulher com os filhos pequenos no barracão, iniciava a abertura de clareira na gleba, ajudado pelos filhos homens maiores. Algumas vezes, caboclos práticos eram pagos para realizar o primeiro desmatamento. Durante os trabalhos iniciais, construía-se uma moradia muito rústica.⁸⁷

O cultivo pelo imigrante europeu de terras americanas selvagens é mais um mito do que uma realidade. Habitualmente, as terras colonizadas haviam sido ocupadas, não raro havia séculos, por populações nativas ou caboclas, que eram dizimadas ou escorraçadas para darem lugar à agricultura e ao artesanato mercantil. Bugreiros nacionais, alemães, italianos etc. eram assoldados para realizar a limpeza das colônias de bugres e intrusos.⁸⁸

Aberta a clareira, ampliada a moradia, o núcleo familiar instalava-se no lote, iniciando sua exploração intensiva, apoiada não raro, ao menos nos primeiros tempos, na exclusiva força de trabalho da família. Porém, logo que era possível, comprava um boi de canga, uma mula, uma vaca leiteira, de preços acessíveis, sobretudo em relação aos conhecidos na Europa.⁸⁹

Rústica divisão de tarefas

As tarefas produtivas voltavam-se para suprir as necessidades do núcleo familiar, no interior do qual se realizava uma rústica divisão sexual e etária de tarefas. Devido a sua orientação tendencialmente natural, a exploração assumia caráter claramente policultora, através da plantação, na roça, de arroz, batata, feijão, aveia, milho, trigo, uva etc. O colono, sua esposa e filhos trabalhavam solidários nessa esfera produtiva.

⁸⁶ Cf. MOLINARI, Augusta. *Os navios de Lazzaro: aspectos sanitários da emigração transoceânica italiana: a viagem por mar*. Milano: Franco Angeli, 1988; AMICIS, Edmondo De. *Sull'Oceano*. Italia: Garzanti, 1996.

⁸⁷ Cf. *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel stato de Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925, 2 vol., pp. 446 e 495.

⁸⁸ Cf. BRUNELLO, Piero. *Pioneiri: Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, 1994; ATHANÁZIO, Enéas. “Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?” In: BLUMENAU EM CADERNOS, Tomo XXV, n° 9, set./1984, pp. 263-272

⁸⁹ Cf. DE BONI, Luis A. (Org.) *La Mérica*. Porto Alegre: EST, 1977; RECH, Tamara & RECH, Marco. [Org.] *Scrivere per non dimenticare : l'emigrazione di fine 800 nelle lettere della famiglia Rech Checonét*. Feltre: Pilotto, 1996.

Na horta, espaço feminino por excelência, cultivavam-se legumes, temperos, flores etc. A criação de galinhas, porcos e bovinos assumia uma grande importância, sendo comumente trabalho feminino. Produzia-se pequena quantidade de vinho, grás, banha, toucinho, salame, manteiga etc., sobretudo para abastecer as necessidades do grupo familiar.

A mercantilização do excedente da produção familiar – sobretudo da horta, mas também da roça e da produção artesanal – financiava o pagamento da dívida colonial e dos impostos e a compra de sal, roupas, ferramentas etc., gêneros impossíveis de serem produzidos na gleba. Muito logo, a produção para o mercado de um ou alguns produtos assumiu importância, sem que a esfera natural deixasse de desempenhar papel essencial na economia familiar.⁹⁰

A produção de força de trabalho relativa ou absolutamente excedente às necessidades do núcleo colonial-camponês ensejou que sobretudo os filhos jovens vendessem a força de trabalho, fora da unidade colonial, por preço abaixo do mínimo necessário à subsistência, já que eram financiados pela produção familiar. Essa exploração da economia colonial-camponesa, potenciada nas últimas décadas, tem sido objeto de leituras apologéticas, assentadas na defesa da “pluratividade na agricultura familiar”.⁹¹

A economia colonial-camponesa procurava igualmente constituir pequeno fundo monetário, não raro depositado nas mãos do comerciante da linha, em alguns casos, mediante o pagamento de pequeno juro ao depositário. Apesar da retórica ideológica, essa produção manteve sobretudo o núcleo familiar e garantiu sua reprodução social e biológica.

A produção colonial-camponesa relativamente rústica vivia da força-de-trabalho familiar e tinha parte de sua produção expropriada pelo Estado, pela produção artesanal e industrial regional e, sobretudo, pelo capital mercantil. Enquanto houve terra disponível, jovens camponeses casados e liberados da tutela familiar abriam novas glebas na região ou, na falta delas, nas colônias novas. No Sul, após ocupar a encosta inferior e superior do planalto, a economia colonial-camponesa expandiu-se para o Planalto Central, para o Alto Uruguai, para as Missões, para o Oeste de Santa Catarina, para o Oeste do Paraná etc., ultrapassando, nesse processo, as próprias fronteiras nacionais.⁹²

⁹⁰ Cf. LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

⁹¹ Cf. SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

⁹² Cf. VICENZI, Renilda. “Migrar, Colonizar e Povoar: Chapecó, 1917-1950”. *Op.cit.*; ZARTH, Paulo Afonso. *Historia agrária do planalto gaúcho*. *Op.cit.*

Exploração mercantil

Ao longo das linhas, surgiam serrarias, ferrarias, moinhos, casas de pasto, bodegas etc., para suprirem as necessidades da produção colonial-camponesa. As casas comerciais das linhas, articuladas com comerciantes fortes das sedes coloniais e cidades, vendiam o que o colono não produzia, por preços altos, e escoavam o excedente colonial, comprado por preços baixos.

A falta de contatos, a ausência de meios de transporte, os custos da venda de pequenas quantidades de mercadoria etc. impediam venda direta da produção colonial-camponesa nas sedes e nos centros de consumo. Sobretudo as grandes casas comerciais apropriavam-se de parte da renda gerada na produção colonial, ensejando acumulação de capital comercial que, sobretudo através de operações financeiras, financiou o desenvolvimento artesanal, manufatureiro e industrial alavancado pelo mercado nascido, direta ou indiretamente, da economia colonial-camponesa.

No Rio Grande do Sul, as primeiras empresas de porte nas regiões coloniais alemã e italiana surgiram sobretudo com a I Guerra Mundial, quando da interrupção das importações, devido à militarização da indústria européia e estadunidense. A Crise de 1929, a II Guerra Mundial e a política nacional-desenvolvimentista dos anos de 1940 fortaleceram sobremaneira o pólo industrial colonial, que explorou, duramente uma mão-de-obra regional, em falta absoluta ou relativa de terra.⁹³

Nos anos de 1880, a crise final do escravismo desviou parte da imigração européia para São Paulo, centro da produção cafeeicultora, onde, nos primeiros tempos, sobretudo famílias italianas receberam moradia, terras entre os cafezais para plantar gêneros de subsistência, terrenos para criar alguns animais e remuneração anual em troca do cuidado de um certo número de pés de café.

Colonos empregados na cafeeicultura adquiriram a seguir neugas de terras cansadas, fortalecendo a formação do campesinato brasileiro determinada pela imigração européia dirigida diretamente para as regiões coloniais. Em 1927, existiam trinta mil “pequenos proprietário de sítios” dedicados à cafeeicultura. Eram sobretudo “ex-colonos que se tinham tornado pequenos proprietário”.⁹⁴

⁹³ LAZZAROTO, V. *Pobres construtores de riqueza*. Porto Alegre: EdUCS, 1981; VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS. 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1997.

⁹⁴ Cf. GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 30.

Uma nova realidade

Já consolidadas, as unidades produtivas colonial-camponesas passaram a praticar agricultura semi-intensiva e intensiva; serviam-se de ferramentas relativamente desenvolvidas e variadas; utilizavam o arado e a tração animal; praticavam a rotação dos cultivos e a adubação parcial, limitada pelo volume do esterco produzido pelo gado ordenhado ou manejado diariamente; cultivavam gêneros de ciclo breve e longo; investiam nas benfeitorias das explorações e na melhoria direta dos campos, através do desmatamento, do despedramento, da irrigação etc.

A importância do cultivo de cereais – arroz, cevada, milho, trigo etc. – e de outros produtos de longa e média conservação, com destaque para as parreiras, determinava que o celeiro, o paiol e a cantina ocupassem papel essencial na organização dessas explorações, que se dotavam de outras importantes benfeitorias e instalações, como chiqueiro, galinheiro, horta, parreiral, potreiro etc.⁹⁵

A ligação permitida pelas picadas e caminhos vicinais entre as explorações camponesas familiares e as sedes coloniais, em contato com aglomeração de maior porte, através de vias terrestres, fluviais, ferroviária etc., escoava a produção excedente, inserindo essas comunidades, desde um primeiro momento, na divisão regional, nacional e internacional do trabalho. O próprio pagamento da terra, da dívida colonial, dos impostos determinava orientação mercantil forçada, contrabalançando tendências ao acaboclamento.

Ao contrário das comunidades caboclas, as comunidades coloniais esforçavam-se para se localizarem o mais próximo possível das aglomerações urbanas e melhorarem seus meios de acesso a elas, devido à importância crescente das trocas mercantis. Para esses produtores coloniais, não havia dúvida que ocupar a última e mais distante colônia era definitivamente “o fim da picada”!

Em verdade, ali onde não foi garantida a ligação entre a gleba colonial e o mercado, o imigrante fracassou na empresa ou se acabou. A flagrante superioridade da carreta grande colonial-camponesa, com ternos de até doze animais, puxando até três mil quilos, sobre a carreta tradicional brasileira, tracionada por lentas juntas de boi, expressava a importância das trocas mercantis para essa sociedade.⁹⁶

⁹⁵ Cf. MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra. Op.cit.*, p. 86.

⁹⁶ Cf. MOLON, Floriano. “O significado dos carreteiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul”. DE BONI, L. [org.] *A presença italiana no Brasil. II*. Porto Alegre; Torino: EST; Fundação Giovanni Agnelli, 1990, pp. 503-530; TEDESCO, João

O sociólogo baiano Thales de Azevedo descreveu a diferença do colono em relação às outras categorias de produtores rurais: “Colono: como um camponês típico, diferente do caboclo, do caipira, do roceiro, do peão de estância [...] tem uma tradição diversa e um relacionamento próprio com o meio e com a sociedade nacional. Não depende de patrões e de outros proprietários de terras, enquanto membro de colônias não emancipadas ou ainda não integradas na vida política da sua região, o colono, como indivíduo, não depende patrimonialmente senão de seus próprios recursos e capacidades.”⁹⁷

Um povo de semideuses

O sucesso relativo da economia colonial-camponesa ensejou leituras apologéticas sobre ela, de forte arraigo popular, mais comumente promovidas pelas elites comerciais, financeiras e industriais dessas regiões. Segundo essas narrativas, as dificuldades iniciais dos imigrantes no Novo Mundo teriam sido imensas. Eles teriam sido engabeladas pelas autoridades italianas e brasileiras, abandonados nas glebas isoladas no interior de matas, cerradas e habitadas por feras e bugres ferozes.⁹⁸

A vida teria recomeçado na América sob as lágrimas amargas do arrependimento pelo abandono da velha pátria. Porém, apesar das terríveis dificuldades, baseado na sua exclusiva força, determinação e qualidade pessoal, o colono teria superado todas as dificuldades, tornando sua trajetória no Sul do Brasil em um verdadeiro rosário de sucessos contínuos.

As explicações do êxito heróico do imigrante italiano, diante de dificuldades tão terríveis, são geralmente duas. Uma defende que essa vitória deveu-se à excelência étnica do colono, fosse ele alemão ou italiano. Para essa narrativa, o colono é apresentado como uma espécie de superprodutor comprometido apenas com a família, com o trabalho, com a poupança.⁹⁹

A segunda explicação, originada na historiografia da imigração itálica, enfatiza a fé católica como razão do sucesso, sem negar a excelência étnica italiana, em geral, e veneta, em especial.

Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

⁹⁷ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 201.

⁹⁸ Cf. MAESTRI, Mário. “A travessia e a mata: memória, mito e história na imigração italiana para o Rio Grande do Sul”. SULIANI, Antônio. [Org]. *Etnias & carisma: Poliantéia em homenagem a Rovílio Costa*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001, pp. 761-781; CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América*. Passo Fundo: Ediupf, 2002; Cf. FRANZINA, Emilio. *L’immaginario degli emigrati: miti e raffigurazioni dell’esperienza italiana all’estero fra i due secoli*. Treviso: Gagvs, 1992.

⁹⁹ Cf., entre outros: SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração & 4ª colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Nova Palma: Pallotti, 1996.

A fortíssima fé católica teria servido como elemento aglutinador e socializador do imigrante em mundo inóspito, impedindo que se acaboclasse. Para essa interpretação, a colonização italiana constituiu uma comunidade de fé e trabalho.¹⁰⁰

Em forma não raro explícita, essa apologia desdobra-se na explicação do atraso relativo, econômico e social, das comunidades caboclas, nativas e afro-descendentes, em relação ao imigrante, como decorrência de uma menor qualidade étnica, responsável pela não dedicação ao trabalho, à poupança, à família etc. O eventual fracasso de imigrantes ou descendentes de imigrantes na aventura colonial-camponesa é minimizado e explicado através de uma desqualificação individual de um protagonista social.

O nono e seu neto

Essa narrativa não integra jamais o atual movimento de luta pela terra como parte de tradição histórica que abandona a Europa precisamente para obter na América a gleba colonial impossível de ser conquistada no Velho Mundo. Em verdade, jamais é feita a identificação, portanto quase automática, apesar dos tempos históricos diversos, entre o bisavô europeu e seu neto brasileiro, unidos na luta pela terra.

Ao explicar o sucesso da imigração colonial devido à raça e à religião, essas narrativas míticas escamoteiam as razões profundas do sucesso relativo da imigração colonial-camponesa, ou seja, a entrega a produtores com tradição agrícola de terras agricultáveis em contato com os mercados. Como assinalado, ali onde o imigrante não possuía tradição agrícola, quando não teve terra a sua disposição, ou ela se encontrava longe dos mercados, ele mais comumente fracassou na aventura americana.

Relativamente, o processo de constituição de economia colonial-camponesa com imigrantes europeus constituiu a maior e mais bem sucedida operação de reforma da apropriação latifundiária da terra jamais desenvolvida no Brasil, com resultados econômicos, políticos, sociais etc., até hoje de grande alcance.

A construção retórica de uma economia colonial-camponesa eticamente vocacionada, em forma inarredável, ao sucesso escamoteia igualmente as reais condições de vida e trabalho dessas explorações, construídas e mantidas pelo duro trabalho do núcleo familiar. Ela vela

¹⁰⁰ Cf. MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975; BATTISTEL, Arlindo. *Colônia italiana religião e costumes*. Porto Alegre: Grafosul, 1981.

igualmente as contradições externas, devidas sobretudo à exploração mercantil, e as contradições internas, também fortes, entre os diversos membros do núcleo familiar colonial. Os impostos, a exploração mercantil, o baixo nível relativo de desenvolvimento técnico – que apoiava o esforço produtivo sobretudo no trabalho físico – determinaram condições médias e necessárias muito duras de vida e de trabalho na sociedade colonial-camponesa, onde todos os membros do núcleo familiar eram obrigados a trabalhar praticamente do nascer ao pôr do Sol, da mais tenra infância até a decrepitude física, para conquistar e manter a gleba colonial.

Filhos que não acabavam mais

Essa realidade econômico-objetiva ensejou relações interpessoais em geral duras entre os membros do núcleo colonial-camponês.¹⁰¹ Foi a necessidade do braço trabalhador, e não a ideologia ou a pregação católica, que determinou a explosão demográfica conhecida por essa comunidade, até os anos de 1960, quando a mecanização da produção e outros fenômenos ensejaram queda do número de filhos. Por quase um século, o filho foi braço para o trabalho, antes de se transformar em boca a ser alimentada.

As determinações econômico-objetivas dificultam a identificação do fim do império da necessidade e o começo do mundo da exploração. O tradicional controle patriarcal da economia camponesa ensejou que a divisão do trabalho e a distribuição do trabalho e dos bens de consumo no interior do núcleo familiar se desse em detrimento da esposa e dos filhos, em geral, e das filhas, em especial. Se o colono trabalhava duramente na roça, sua mulher trabalhava dobrado, na roça, na horta, na casa, no leito.

Sobretudo na economia colonial-camponesa de origem italiana, se o homem conhecia pausa no duro trabalho para repouso e lazer – a sesta, a bodega, a bocha, o truco etc. –, o lazer da mulher dava-se através de variação e não interrupção das atividades produtivas – tricotar, preparar as refeições etc. Na distribuição do consumo das riquezas produzidas havia também clara privilegiação masculina. A mulher suportou também, física, psíquica e biologicamente, o pesado fardo de reprodução demográfica extremada.

Na sociedade colonial-camponesa, os filhos trabalhavam para os pais, desde os seis anos, até casarem, em geral com pouco mais de vinte anos. Ou seja, de quinze a mais anos de trabalho

¹⁰¹ Cf. POZENATO, José Clemente. *O quatrilho*. 7ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

contínuo. Devido às exigências produtivas, em geral não iam ou iam muito pouco à escola. Em verdade, quando iam, eram sobretudo os filhos homens que freqüentavam os bancos escolares. Era comum que o filho homem recebesse, ao casar, dos pais, os meios para dar a entrada para a compra de uma colônia. Em alguns casos, recebiam a soma para comprar à vista a terra necessária para fundar um núcleo familiar-camponês autônomo. Nos fatos, o presente constituía reembolso pelo trabalho realizado, que recebera, até então, como remuneração, apenas a moradia, o vestiário, a alimentação.¹⁰²

Porém, sobretudo nas comunidades de origem itálica, a filha que se casava, quanto muito, recebia os trastes domésticos ou uma vaca leiteira ou uma máquina de costurar. Era comum que a jovem tivesse que trabalhar na sua folga para financiar seu enxoval. Portanto, seu trabalho pretérito era expropriado pelos pais. Não havia diferença de comportamento quando o pai morria e a viúva assumia a direção da empresa colonial-camponesa.¹⁰³

Laços sólidos

A mercantilização de parte crescente da produção colonial-camponesa, que dificultava eventuais tendências ao acaboclamento, fenômeno conhecido em casos singulares pelas comunidades coloniais, era exigida pela necessidade da extinção da dívida contraída com a aquisição da terra e do pagamento dos impostos coloniais, condição imprescindível para transformar o direito de domínio e de exploração da gleba em direito de propriedade pleno, objetivo básico do colono, cabeça da unidade colonial-camponesa.

Essas comunidades de pequenos agricultores proprietários originaram sociedades camponesas coeridas por sólidos laços familiares e profunda identificação com a propriedade da terra, como meio para a obtenção de inserção social-cidadã. Para essas comunidades, a perda da propriedade da colônia era sinônimo de fracasso social e, comumente, de dissolução do próprio núcleo familiar.

Ao contrário do que em muitas regiões do Velho Mundo, essas comunidades não assumiram uma organização aldeã, nem a congregação de diversas famílias em uma unidade produtiva. A distribuição das colônias em xadrez rompia com difundida tradição européia do camponês de

¹⁰² Cf. DELLA FLORA, Jussara Maria. “Rosas na coroa, pranto na Vida. A história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense. 1920-1985.” Passo Fundo: Programa de Pós-Graduação em História da UPF. [Em conclusão].

¹⁰³ Cf. GITON, Loraine S. & BERGAMASCHI, Heloisa E. *A força das mulheres proprietárias*. Caxias do Sul: EdiUCS, 1997.

morar na aldeia ou em unidade produtiva plurifamiliar – *cascina*, na Itália – e partir, pela manhã, para trabalhar na nesga ou nesgas de terra que possuía ou arrendava.¹⁰⁴

Salvo engano, não há estudos elucidando se na gênese desse zoneamento singular do território houve a vontade consciente das autoridades de dificultar a formação de comunidades aldeãs camponesas, para acelerar a assimilação cultural, dificultando a formação de *keistos* raciais. Por outro lado, essa dispersão favorecia também a gestão social e política dos colonos pelo Estado. A dispersão relativa das famílias coloniais em relação à realidade eventualmente conhecida em muitas regiões da Europa parece ter contribuído fortemente ao surgimento de centros alternativos de agregação social camponesa, organizados sobretudo em torno de uma ampla rede de capelas religiosas construídas ao longo dos caminhos das linhas, espécies de aldeias virtuais substitutivas.

A aldeia virtual

As capelas católicas ou protestantes eram habituais nas colônias alemãs, italianas, polonesas etc. Geralmente associadas a uma casa comercial, concentravam os núcleos familiares camponeses próximos de uma linha. A capela viabilizava a realização de variadas atividades permitidas pela aldeia camponesa – mutirão, auto-ajuda, centralização de serviços e comércio, representação política comunal, trocas matrimoniais, construção e conservação de caminhos, obras comunitárias etc.¹⁰⁵

Vimos que a carência de braços e a abundância relativa de terra determinaram forte tendência à expansão demográfica das comunidades de pequenos camponeses proprietários. Esse fenômeno ensejou expansão demográfica e territorial dessas comunidades, que extravasou as próprias fronteiras do Brasil, formando sociedade camponesa singular, em relação à Europa e ao Brasil.

As fortes raízes com a propriedade da terra e os sólidos laços interfamiliares e intercomunitários ensejaram a manutenção de uma comunidade cultural e lingüística, que vive atualmente processo de dissolução tendencial devido a sua subjunção crescente à produção e ao mercado capitalistas.

¹⁰⁴ GUTIERREZ, Ester & GUTIERREZ, Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúcho. (1875-1914)*. Passo Fundo: EdUPF, 2000.

¹⁰⁵ Cf. AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

Já nos anos de 1920, colonos sul-rio-grandenses passaram a procurar terras sobretudo no Oeste de Santa Catarina e do Paraná. Nos anos de 1940-1950, o desenvolvimento demográfico, a penetração capitalista do campo, a elevação dos preços da terra etc. pôs fim à abundância relativa de terras, encerrando tendencialmente a capacidade de reprodução estrutural da comunidade colonial-camponesa através do deslocamento de populações das Colônias Velhas para as Colônias Novas.

Esse fenômeno originou o surgimento dos colonos sem terra ou com pouca terra para sustentar o núcleo familiar, com o conseqüente abandono do campo pela cidade. Na década de 1960, apenas no Rio Grande do Sul, 270 mil famílias gaúchas necessitavam de terras.¹⁰⁶ O golpe de 1964, patrocinado pelo imperialismo, pelo empresariado industrial nacional e pelas classes latifundiárias em declínio, procurou canalizar para a Amazônia a pressão dos segmentos camponeses sem terra, em geral, e de origem européia, em especial.

Reforma agrária

Acreditando poder administrar sua execução, a ditadura impulsionou o Estatuto da Terra, até hoje o mais eficaz instrumento para desapropriação de terras para fins de reforma agrária, ainda que a obrigatoriedade da indenização constitucional dos latifúndios desapropriados constitua, nos fatos, adiantamento da renda fundiária, a custa dos recursos nacionais e, portanto, forte entrave à democratização da posse da terra e à expansão econômica geral.

A Lei nº 4504/64 definiu o conceito de “função social da terra” a que deve se enquadrar e satisfazer os imóveis rurais. A força e a influência do Estatuto da Terra foram tão grandes que o conceito de função social da terra foi transcrito integralmente no artigo 186 da Constituição Federal de 1988.

“A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I. aproveitamento racional e adequado; II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

Procurando neutralizar as possibilidades da Lei, surgidas devido ao fortalecimento da mobilização dos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, que emprenhavam com um

¹⁰⁶ Cf. MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

novo conteúdo aquela disposição legal, o latifúndio obteve sua amenização, através da Lei nº 8629/93, sancionada pelo presidente Itamar Franco.

Em 24 de julho de 1960, no Rio Grande do Sul, após a resistência de posseiros à expulsão de suas terras, em Encruzilhada do Sul, fundou-se o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master, apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, de Leonel Brizola. O movimento passou a reunir grupos de trabalhadores sem terra para organizar acampamentos, a fim de pressionar pela desapropriação de latifúndios.

Terra e liberdade

Na fazenda Sarandi, no Norte do Estado, o acampamento organizado, em 8 de janeiro de 1962, chegou a um máximo de cinco mil acampados. Em 13 de janeiro, Leonel Brizola desapropriava 21.889 hectares, com fins de reforma agrária, naquela fazenda. Entre janeiro e maio de 1962, foram formados dez acampamentos no RS.

Após a conclusão da gestão de Leonel Brizola, Ildo Meneguetti, candidato das forças proprietárias, venceu as eleições governamentais de setembro de 1962 com apenas 37,1% dos votos, devido a uma dissidência trabalhista de direita, comandada por Fernando Ferrari – MTR. No governo, Meneghetti reprimiu o movimento dos agricultores sem terra. Em setembro de 1964, após o golpe, transformou a desapropriação judicial da Fazenda Sarandi em amigável, pagando valor vinte vezes superior ao acertado inicialmente. A partir de 1964, a ditadura militar reprimiu violentamente a luta pela terra no Brasil.

Não é um azar da sorte que um dos principais focos do renascimento da luta pela terra, em geral, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial, tenha ocorrido, em 1979, em Ronda Alta, no Norte do RS, e, em 1980, em Encruzilhada Natalino, em região, com tradição histórica de luta, onde se defrontavam a tradição colonial-camponesa e a forma latifundiária de apropriação da terra.¹⁰⁷

A existência de camadas significativas de camponeses sem terra ou com pouca terra, oriundos de uma comunidade que historicamente fizera a experiência com a posse e com exploração familiar da terra, coeridas por sólidos laços familiares e vicinais, parece ter ensejado as bases para um movimento de luta pela partição do latifúndio que superaria tudo o que fora conhecido na história do Brasil, disseminando-se, articulando-se e potenciando fortemente tradições de luta de outros segmentos do campo brasileiro.

¹⁰⁷ Cf. STEDILE, João Pedro & GÖRGEN, Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scrita, 1993;

* Mário Maestri, 56, é doutor em História pela UCL, Louvain, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. E-mail: maestri@via-rs.net